

Missão negociadora espera fechar protocolo do acordo em 15 dias

por Cláudia Safatle
de Brasília

A missão negociadora da dívida externa junto aos bancos privados credores retorna no próximo domingo à Nova York e, dentro de no máximo quinze dias, espera fechar o protocolo do acordo externo ("term-sheet"), um documento de quase setenta páginas que será enviado aos cerca de setecentos bancos credores, para assinatura.

Toda a parte financeira está praticamente acertada e o País deverá receber aproximadamente US\$ 5,2 bilhões entre este ano e o primeiro semestre do ano que vem, em três tranches (a primeira é maior, no dia 1º de julho), de recursos dos bancos credores privados. Segundo informou a este jornal o secretário para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, conselheiro Sérgio Amaral, que junto com o diretor da dívida externa do Banco Central (BC), Antonio de Pádua Seixas, compõe a missão negociadora.

Restam, ainda, na mesa de negociações umas três a quatro questões jurídicas pendentes, dentre elas o problema do direito de arresto das reservas internacionais brasileiras, segundo informações de outras fontes oficiais.

Esse é um ponto que consta dos contratos anteriores já assinados pelo governo brasileiro e o comitê de bancos e, desta vez, o governo insiste em retirar, por uma questão de "soberania" do País. Pelo direito de arresto ou penhora, caso o País declare uma nova moratória, os bancos credores podem recorrer aos tribunais de seus países, solicitando a penhora dos depósitos do BC nos bancos estrangeiros.

RELEVÂNCIA

Esta é uma discussão cujos aspectos relevantes são menos financeiros e mais "políticos e jurídicos", pois, como o fez em fevereiro do ano passado, antes da declaração de moratória, o BC retirou as reservas cambiais brasileiras que estavam depositadas em bancos credores e as trans-

feriu para outros estabelecimentos, numa operação que durou menos de 24 horas. Se as reservas cambiais estivessem depositadas no Banco de Compensação Internacional (BIS) ou no Federal Reserve Board (Fed), essa cláusula contratual de direito de arresto não poderia ser aplicada, mas nessas duas instituições a taxa de remuneração das reservas é bem inferior à dos bancos privados.

Tão logo esteja fechado os termos do protocolo, o governo brasileiro pagará os juros de março. O pagamento dos juros de abril a junho, no valor total estimado de US\$ 1,6 bilhão, ainda não está acertado. Somente quando estiver encerrada a etapa de elaboração do protocolo é que a missão negociadora brasileira mencionará essa outra etapa da negociação, já que o País não pode saldar os juros desse período sozinho e espera um empréstimo-ponte que ajude com uma parcela desse montante, para que não se-

ja necessário recorrer novamente à moratória.

ESTICAR PRAZO

Como o Brasil conseguiu esticar de três para seis meses o prazo de pagamento de juros da dívida, uma parcela que ainda seria paga neste ano — cerca de US\$ 650 milhões — ficará para ser desembolsada somente no ano que vem. Com isso, os recursos que os bancos credores liberariam para o País caiu de US\$ 5,8 bilhões para US\$ 5,2 bilhões, em números redondos.

Esse financiamento será desembolsado em três tranches, sendo que a primeira é esperada para o dia 1º de junho deste ano e a última somente deverá ingressar no País no primeiro semestre do ano que vem.

Segundo Sérgio Amaral, o montante dessas três parcelas ainda não está definido, mas espera-se que a primeira seja superior às demais. De qualquer modo, porém, uma parte desse dinheiro só entrará nas con-

tas do balanço de pagamentos do ano que vem. Outro ponto ainda em discussão é se esse financiamento terá algum tipo de aval ou co-financiamento do Banco Mundial.

A conseguir dos bancos credores um comprometimento de que manterão as linhas de curto prazo — tanto do interbancário quanto comerciais — por dois anos e meio, o governo obteve um prazo inédito, já que as linhas de curto prazo são asseguradas por apenas um ano. "Isso nos dará uma certa tranquilidade", comentou o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, informando ainda que uma parte do interbancário será absorvida pelas linhas comerciais, não especificando quanto. Juntas, as duas linhas de curto prazo representam pouco mais de US\$ 14 bilhões. Além do mais, se o banco fornecedor dessas linhas, por ventura, não tiver um cliente para emprestar, depositará os recursos no Banco Central.